



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 26/2018 que:
“Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber, em
reversão, imóvel que especifica, e dá outras providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, atinente à gestão dos bens públicos municipais, o qual foi lido na sessão ordinária de 27 de março de 2018.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

A Lei Orgânica Municipal – LOM, no seu art. 13, estabelece a competência do Prefeito Municipal para administrar os bens públicos municipais, ressalvados os bens pertencentes ao Poder Legislativo.

O Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no seu art. 7º, § 3º, dispõe que a concessão de direito real de uso de terrenos públicos ou particulares poderá ser resolvida antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

Infere-se do art. 1º do Projeto em análise que o objetivo da norma consiste na revogação do direito real de uso e consequente reversão ao patrimônio público municipal de imóvel localizado no DISTRITO INDUSTRIAL DA VILA SÃO JOÃO, com área de 5.312,50 m², constante da matrícula nº 6468 do Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Irati – Paraná.

Segundo informações do proponente, a reversão tem por base a não utilização do imóvel pela empresa Janaina Gicelle Ferreira Ceccon, e tem como finalidade que a sua utilização para novos investimentos.

Diante do exposto, por inexistirem óbices de natureza constitucional e infraconstitucional, opina-se pela regular tramitação da proposição, nos termos regimentais.

É o parecer.

Irati/PR, 02 de abril de 2018.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)